

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 547.784 - PE (2019/0352950-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**REQUERENTE : JAMESSON ARAUJO DA SILVA**  
**ADVOGADO : JORGE PAULO DA SILVA - PE034101**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a medida de urgência pleiteada em benefício de JAMESSON ARAUJO DA SILVA, sob os seguintes fundamentos:

*"Cumpre ressaltar que a propósito, esta Corte, de longa data, já firmou jurisprudência no sentido de considerar o **juízo de razoabilidade** para constatar possível constrangimento ilegal no prazo de constrição ao exercício do direito de liberdade. Nesse sentido, o seguinte precedente **desta Corte**:*

*"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO, TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. VÁRIOS RÉUS, SENDO UM DELES, INCLUSIVE, MENOR. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE NÃO ULTRAPASSADOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.*

*1. [...]*

*2. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que a verificação da ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade (art. 5º, LXXVII).*

*3. Na espécie, a complexidade da causa, que abrange vários crimes, os diversos réus envolvidos e a expedição de cartas precatórias mostram que o trâmite processual se encontra compatível com as particularidades do caso concreto,*

*não se tributando aos órgãos estatais indevida letargia.*

*4. Recurso em habeas corpus improvido" (RHC n. 48.889/MS, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe de 19/8/2014).*

***Indefiro, pois, o pedido liminar.***

*Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora sobre o alegado na inicial deste writ.*

*Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal" (fls. 53-54).*

*No pedido de reconsideração alega que "Mais uma semana se passa sem que a revisão criminal seja julgada, e mais uma semana o paciente fica ergastulado, mesmo sendo inocente do crime que lhe fora imputado, mesmo o ministério público pugnando por realização de nova sessão do júri, ainda assim o paciente fica mais uma semana segregado, sem a menor previsão de ter o seu pedido revisional julgado, sendo inocente, da condenação sofrida" (fl. 60).*

É o relatório.

**Decido.**

O presente pedido de reconsideração não traz, em seu bojo argumento apto a ensejar a alteração do entendimento firmado por ocasião do não conhecimento do **habeas corpus**.

Por tal motivo, **indefiro o presente pedido.**

Aguarde-se as informações requeridas e após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator